Suzana Pasternak

Professora Titular do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto e professora orientadora do curso de pós-graduação da FAUUSP

SÃO PAULO E SUAS FAVELAS

1. Apresentação

1.1. Sobre arquitetura

Uma questão logo colocada, sendo esta uma palestra inaugural em uma Faculdade de Arquitetura, é a adequação de uma aula com o tema favela. Por que o futuro arquiteto deveria estudar a problemática da favela?

Benévolo (1984, p. 83), em seu ensaio *O que é a arquitetura*, comenta:

> "*A arquitetura é uma das artes maiores, junto com a pintura e a escultura. Mas, diferentemente da técnica pictórica e escultórica, a da arquitetura não se considera incorporada na arte e forma uma especialização reconhecida no mundo da cultura tecnológica. Há quase dois séculos existe, pois, um especialista da projetação artística dos edifícios – o arquiteto – e um especialista da projetaçao técnica dos edifícios – o engenheiro – que deveriam colaborar entre si, mas que na maioria das vezes executam um trabalho independente*."

Ainda segundo Benévolo, estabelecido esse dualismo, a pesquisa artística encontra uma nova relação com a pesquisa científica, porque equilibra os resultados mecânicos e quantitativos da última, mediando-os com valores sociais e qualitativos. A aproximação entre estes dois mundos caminharia na direção desejada.

A arquitetura seria, assim, prática projetual, cujo objetivo é a prefiguração, no âmbito do pensamento, de objetos úteis ao homem, assim como a programação e o controle de sua execução. Essa utilidade não se restringe a cobrir necessidades biológicas, mas engloba também as necessidades determinadas socialmente, sejam elas derivadas da subsistência, da produção material, da superestrutura social ou da simples imaginação individual. Isso se dá em diferentes escalas, desde o desenho de objetos, máquinas, até o desenho de conjuntos complexos e o desenho urbano.

Seria arquitetura uma ciência? O objetivo da ciência é o conhecimento. O objetivo de projeto, do desenho, é a prefiguração da realidade, sua transformação. Usamos a ciência para o estudo da urbanização e da produção arquitetônica. Mas a validade da intervenção no espaço é determinada socialmente, por valores escolhidos, e não por exigência científica. A intervenção visa modificar uma realidade. Essa modificação se dá de determinada forma, resultante dos valores dos interventores, influenciados, por sua vez, pelos paradigmas vigentes naquele local e naquele momento histórico. Isso é válido para as distintas escalas de intervenção, desde a prefiguração de objeto até o urbanismo e o planejamento regional.

Seria arquitetura uma arte? Benévolo, no texto citado acima (1984, p. 84), comenta que a *ars*

medieval não contém distinção entre técnica e arte, seus produtos são julgados segundo um critério único de acabamento: a perfeição. O que é bom se distingue do belo e do verdadeiro porque o primeiro diz respeito ao intelecto e os outros dois à vontade. E a vontade se liga aos valores, não à lógica ou à ciência. Para Freud, na arte o princípio do prazer domina o princípio da realidade. Na arquitetura, isso não acontece. Na vontade criadora e na prefiguração da forma atua o código da utilidade, tanto ou mais que o do prazer.

Creio ser melhor definir o desenho como uma prática, como aplicação de valores. Daí a necessidade de explicitar esses valores, tê-los claros, criticá-los e colocá-los a serviço da ética, não apenas da estética. Combinar o bom, o belo e o verdadeiro. Mesmo assim, deve ser lembrado que tanto a humilde casa da favela, sem projeto definido, construída para satisfazer a necessidade vital do abrigo, com material descartável, como a casa burguesa, construída por arquiteto, com matérias de primeira linha, podem ser compradas e/ou vendidas, ou seja, podem ser convertidas em mercadorias, independentemente de terem sido produzidas para uso do proprietário e não diretamente para troca. Assim, o projetista participa, como quadro técnico, na produção de objetos mercadoria, e não simplesmente na produção de objetos úteis ou objetos de arte. Função, forma e dimensão do objeto projetado inserem-se no mercado e são por ele também determinados. O projetista não é livre ou neutro (PRADILLA e JIMENEZ, 1973).

1.2. Sobre alguns paradigmas de intervenção

A relação entre a arquitetura moderna e as preocupações progressistas era direta, representando a arquitetura a expressão do progresso do ambiente. O título do excelente livro de Anatole Kopp (1990) demonstra esta afirmação funcionalista: *"quando o moderno não era um estilo e sim uma causa"*. Passou-se de uma arquitetura reservada às realizações únicas e excepcionais à arquitetura aplicada às soluções das necessidades de novo cliente coletivo, constituído dos trabalhadores. No urbanismo, quando Ebenezer Howard define sua utopia da cidade jardim, fundamenta-a tanto sobre uma "ciência das necessidades" como sobre um projeto de reconstrução da comunidade.

Desde então, a maioria dos planejadores urbanos e dos promotores de Estado do bem-estar social perseguiram um duplo objetivo: dar lugar a uma ordem espacial e social racional e construir uma cidadania moderna, na qual a população contribuiria, ela mesma, para sua melhoria e educação coletiva. Esse novo espaço seria habitado por nova sociedade. O paradigma que regia a intervenção no urbano ligava-se à planificação racional para o desenvolvimento. Após a Segunda Guerra, a doutrina keynesiana dominava a economia e as políticas macroeconômicas. Os estados nacionais regulavam o crescimento, regulamentavam, protegiam, financiavam. Em nome do interesse geral, as municipalidades planejavam e muitas vezes construíam. O paradigma da planificação racional definia os papéis do plano e

do mercado, e ao menos no Ocidente, sem colocar em xeque jamais este último, apenas redefinindo seus limites e as condições de sua eficácia (TOPALOV, 1992). Mais tarde, outras correntes se juntaram ao mesmo paradigma, anexando a ele a necessidade de participação popular. Essa participação, não raro, mostrava a incompatibilidade dos discursos: o da racionalidade global e o das experiências e interesses particulares. Tentou-se contornar essa contradição diversificando as escalas, ou seja, permitindo à democracia de base a decisão sobre as árvores da praça pública e a colocação de semáforos, enquanto se reservava aos especialistas a estruturação dos parques urbanos e do sistema de transporte... A divisão entre o global e o local vai permitir, de forma bastante esquizofrênica, que se possa contestar um em nome de outro.

Esse paradigma da planificação racional para o desenvolvimento não resistiu aos choques dos anos 80, da *perestroika* britânica de Mrs Thatcher, da desregulação de Reagan, das políticas de ajuste do FMI no Terceiro Mundo e nos países comunistas. As exigências da participação e da liberação dos mercados convergem na crítica do plano e da racionalidade, recusando mesmo a legitimidade dos projetos globais, em nome da democracia. A emergência do chamado *advocacy planning* ilustra bem este ponto: articula interesses de grupos, já que percebe a impossibilidade de intervenção sobre a lógica do conjunto.

Neste momento histórico desponta um novo paradigma, o do meio ambiente. O objeto sociedade cessa de ser central no discurso, sendo substituído por outro, a natureza. O problema da floresta amazônica não é mais o dos conflitos pela terra e pelas matérias-primas, mas o da proteção da biosfera. O problema da habitação nas grandes cidades não é mais o acesso das massas marginalizadas à moradia, mas o da proteção dos sítios. Aliás, nota-se que o mesmo paradigma ecológico vai permitir, em situações nacionais distintas, soluções antagônicas: na França, preconiza-se a expansão de casas individuais para evitar a construção de grandes conjuntos, impactantes no meio ambiente; no Canadá, tenta-se incentivar maior densificação para evitar desperdício de espaço...

O que esses paradigmas têm em comum? Talvez sua comunalidade esteja na crença, no poder da ciência. A angústia da catástrofe ecológica veio tomar o lugar da questão social. No século 21, com o aumento da desigualdade, a pobreza retorna como questão crucial. Convivem no momento catástrofes sociais e ecológicas. Mas como encarar qualquer tipo de catástrofe, sem pensar seu modo de prevenção, e portanto de previsão? Trata-se da sobrevivência da sociedade e do planeta. Em meu entender, o que hoje ameaça, fortemente, nossa sociedade e nosso planeta? Sobretudo a intolerância.

Como nós, arquitetos, poderíamos auxiliar no combate à intolerância? Ajudando a criar espaços que proporcionassem o convívio com o diverso. Este convívio conduz à aceitação da diferença, ao contato com o distinto, ao conhecimento de outras formas de ser e de pensar. E essa aceitação e convívio com o diverso é valor democrático forte, importante para nossa sobrevivência enquanto sociedade e como indivíduos. A cidade não-segregada e diversificada ensina a ver outras pessoas, outras idéias, outros grupos. Traduz-se como local do convívio, e o convívio com a diversidade reflete-se na aceitação do diferente. É dentro dessa ética que devemos atuar como profissionais e como cidadãos. E, para criar espaços de convívio, necessita-se conhecer os espaços do homem, desvendar a relação entre espaço e sociedade, entender as relações entre essas duas dimensões e suas mediações.

Dentro disso, conhecer e intervir no espaço urbano brasileiro significa não ignorar nenhum grupo social, não desconhecer nenhum segmento espacial, nenhuma forma de morar. A favela representa mais de 3% da população brasileira. No município de São Paulo, próximo de 11% da população reside neste tipo de assentamento; no Rio de Janeiro, alcança, no ano 2000, 18,7% da população da cidade (VALLADARES, 2005, p. 13). É um hábitat de sobrevivência, simplificado ao extremo, arquitetura sem arquitetos, que monta seu espaço como consegue, partindo da construção de um abrigo precário, expressão imediata de necessidade vital, para, posteriormente, vê-lo evoluir para uma complexidade espacial e simbólica crescente. É possível estudar as favelas do ponto de vista dos investimentos materiais naquele espaço, levando em conta as restrições e limites amplos sofridos no processo, a partir do ponto de vista dos que investem e negociam suas transformações no cotidiano.

2. Introdução. conceito e origem da favela

2.1. Antecedentes

Falar de favela é falar da grande cidade no Brasil desde a virada do século 20. Embora nasça como uma marca da cidade do Rio de Janeiro, ela se fazia presente em Salvador, no Recife, Belo Horizonte, e, mais tarde, em São Paulo e em Brasília, entre outras cidades brasileiras.

O livro organizado por Alba Zaluar (1998) exprime, por meio de seu título, o tempo de existência dessa alternativa habitacional no Rio, *Um século de favela*.

Outra obra seminal, o livro de Licia Valladares (2005), *A invenção da favela*, discute a construção das representações sociais sobre favela e favelados, e a evolução desses conceitos na produção científica brasileira. A autora caracteriza a evolução dos textos sobre favela com uma periodização ligada às experiências de intervenção no Rio de Janeiro:

"*1º) anos 1930 – início do processo de favelização do Rio de Janeiro e reconhecimento da existência da favela pelo código de obras de 1937;*

2º) anos 1940 – a primeira proposta de intervenção pública correspondente à criação dos parques proletários durante o período Vargas;

3º) anos 1950 e início dos anos 1960 – expansão descontrolada das favelas sob a égide do populismo;

4º) de meados dos anos 1960 até o final dos anos 1970 – eliminação das favelas e sua remoção durante o regime autoritário;

5º) anos 1980 – urbanização de favelas pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e pelas agências de serviço público após o retorno à democracia;

6º) anos 1990 – urbanização das favelas pela política municipal da cidade do Rio de Janeiro, com o Programa Favela-Bairro." (VALLADARRES, 2005, p. 23)

A palavra favela se origina, ao que parece, em um arbusto comum na região de Canudos, chamado favela. Os soldados do exército brasileiro, voltando da luta com Antonio Conselheiro e seus adeptos, não tinham lugar onde morar no Rio de Janeiro. Vão ocupar o Morro da Providência, onde se instalaram em barracos como o arbusto favela nos morros da região de Canudos. Daí o nome para este tipo de assentamento. Segundo Abreu (1994, p. 35), foi apenas durante a segunda década do século 20 que a palavra favela teria se tornado um substantivo genérico, referindo-se não mais exclusivamente ao Morro da Favella, mas designando um hábitat pobre, de ocupação irregular e ilegal, em geral nas encostas.

A reforma urbana de Pereira Passos, mudando o traçado e a estrutura urbana da avenida Central (hoje Presidente Vargas) e regulamentando a periferia como um Haussmann tropical induziu os pobres a procurarem abrigo nos morros, nos quais a construção não era regulamentada. Isso lembra o acontecido em São Paulo, com a região dos mananciais: um excesso de zelo conduz, paradoxalmente, a uma total ausência de regras. Contradições urbanas...

Zaluar e Alvito (1998, p. 8) comentam um documento do Arquivo Nacional, de 4 de novembro de 1900: uma carta do delegado da 10ª circunscrição ao chefe de polícia, comentando que era impossível policiar o Morro da Providência, *"infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não há famílias no local designado, é impossível fazer o policiamento porquanto ... não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco..."* O delegado propõe a demolição do pardieiro.

Essa demolição não foi feita, mas mostra que o "morro da favela", apenas três anos depois de o Ministério da Guerra permitir que ali viessem se alojar os veteranos da Guerra de Canudos, já era percebido pelas autoridades como *"foco de desertores, ladrões e praças do exército".*

Mas Pereira Passos nada fez de concreto em relação à favela, a qual continuou a existir e a crescer. Em 1948, pela primeira vez foi realizado um censo de favelas no Rio de Janeiro, e já jornalistas, como Carlos Lacerda, publicaram artigos propugnando a "batalha das favelas".

Em Belo Horizonte, o problema das favelas remonta à fase de construção da cidade. *"Criada para ser o centro político e administrativo do estado de Minas Gerais, em 1895, dois anos antes de ser inaugurada, já contava com duas áreas de invasão"* (GUIMARÃES, 1992, p. 2). Tal como em Brasília, as invasões foram conseqüência da não-previsão, na planta geral da cidade, de local para alojar os

trabalhadores encarregados de construí-la. Em 1991, a proporção de favelados em BH atingiu 20% da população municipal, cerca de 400 mil favelados.

Em Salvador o histórico habitacional difere do de Belo Horizonte, cidade planejada e construída no fim do século 19. Salvador é uma das cidades mais antigas do Brasil, tendo sido, inclusive, sua capital no período colonial. Com a decadência da economia agroexportadora, já a partir de 1940 há enorme migração rural-urbana e, conseqüentemente, enorme demanda de moradia (em 1940, a cidade de Salvador tinha 393 mil habitantes; em 1950, passa a contar com 417 mil). Até então predominava, no sistema habitacional, o aforamento de terras e o aluguel de casas, principalmente para as camadas de renda média e baixa que ocupavam os cortiços nas áreas centrais degradadas. A cidade herdara uma estrutura fundiária peculiar, com o solo nas mãos de poucos grandes proprietários e sob um sistema jurídico arcaico, a "enfiteuse", que bloqueava o mercado de terras (GORDILHO, 1992). Estes fatores levaram a que houvesse, na década de 40, ocupações coletivas organizadas de terra. Entre 1946 e 1950 grandes áreas de terra foram invadidas (26 invasões, ocupando cerca de 253 hectares). As invasões de terra continuam até hoje, tanto por invasões coletivas programadas como individuais e graduais. Estima-se que cerca de 30% da população da cidade ocupe áreas de invasão.

Em Brasília, desde o início das obras de sua construção, a questão da moradia era um dos principais problemas da cidade. O que se tinha previsto para alojar a população a qual trabalhava na construção de uma cidade inteiramente nova e totalmente planejada, isolada no planalto central, foi o Núcleo Bandeirante, então chamada Cidade Livre. Este assentamento, provisório segundo o plano original, deveria ser erradicado quando da inauguração da cidade. *"Já no final de 1958, proibidas novas construções na então chamada Cidade Livre, proliferaram as invasões e as construções irregulares que, ao lado dos acampamentos de obras, se constituíram nas alternativas de habitação para os trabalhadores que afluíam á cidade."* (JACCOUD,1991, p. 147)

Com o crescimento das pressões locais, resistindo à remoção para as cidades satélite, decidiu-se pela fixação e urbanização da Cidade Livre em 1960. Mas tanto isso como a criação das cidades satélite foram insuficientes para o alojamento dos trabalhadores que confluíam para Brasília em busca de oportunidade de emprego.

No município de São Paulo, parafraseando a cronologia de Valladares (2005), pode-se resumir a produção de textos sobre favela aos seguintes períodos:

1º) anos 40 até os anos 60, quando aparentemente surgiram as favelas na cidade, com textos apenas estatísticos da Divisão de Documentação da Prefeitura de São Paulo. Favelas eram "doença" da cidade e favelados grupo marginal, a remover;

2º) anos 70 – início da expansão das favelas em São Paulo e propostas de intervenção com alojamentos provisórios, pela extinta Secretaria do Bem Estar Social do Município de São Paulo – Sebes; em pleno período autoritário a política municipal paulistana não se resumia às remoções;

3º) anos 1980 – urbanização de favelas por programas estaduais, como Proluz e Proágua, municipais (Profavela) e do BNH (Promorar);

4º) meados dos anos 80 até 1988 – retorno das remoções e instalação de construção de moradias populares com parcerias privadas (operações interligadas);

5º) anos 90 – urbanização de favelas por políticas municipais.

2.2. Conceito, definições, mensuração

A questão da vulnerabilidade coloca como um dos temas centrais a questão das favelas. Este tipo de aglomeração urbana, bastante disseminado pelo país, concentra domicílios com elevado grau de carências, tanto em relação à oferta de serviços públicos como em relação a padrões urbanísticos e de moradia. Além disso, mesmo quando existe segurança de permanência no local, muitas dessas áreas se localizam em zonas de risco ambiental.

Assim, a favela ficou também registrada oficialmente como a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano, sem água, sem luz. Dessa precariedade urbana, resultado da pobreza de seus habitantes e do descaso do poder público, surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da

carência, da falta, do perigo a ser erradicado, do "outro", distinto do morador civilizado.

Como afirmam Leeds & Leeds (1978, p. 12), *"o único critério uniforme que distingue as áreas invadidas dos outros tipos de moradia é o fato de constituírem uma ocupação 'ilegal' da terra, já que sua ocupação não se baseia nem na propriedade da terra nem no seu aluguel aos proprietários legais"*.

Todos os outros critérios, freqüentemente utilizados para distinguir favelas dos outros tipos de moradia se aplicam apenas parcialmente. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, geralmente as invasões se dão gradualmente, sem traçado planejado. Em Lima, no Peru, entretanto, é notável o número de *barriadas* oriundas de movimentos coletivos de ocupação de terras e com traçado físico regular. Em relação ao material de construção predominante, as moradias das favelas da cidade de São Paulo, antes barracos de madeira com cobertura de zinco, hoje são predominantemente casas de alvenaria cobertas de telhado ou laje. Sobre a infra-estrutura e equipamentos públicos, grande parte das moradias nas favelas paulistanas conta com energia elétrica, água potável, coleta de lixo e mesmo esgoto.

Como colocam Marques, Torres e Saraiva (2003, p. 16), *"não por acaso, estimativas da população favelada ganharam um papel relevante no debate sobre as metrópoles brasileiras, tendo sido utilizadas como indicadores da direção e do significado das mudanças metropolitanas recentes no país. Assim, apesar do aumento da oferta de serviços públicos e da melhoria de vários indicadores sociais ocorridos no Brasil nos anos 80 e 90, informações relativas a favelas têm sido usadas como indicadores de precarização das condições de vida nos grandes centros urbanos"*.

Cabe aqui uma reflexão tanto sobre as estatísticas de favelas como sobre as condições de moradia atuais nas mesmas. As estatísticas de favelas variam bastante, dependendo da forma como ela é definida e como se procede à mensuração desse fenômeno.

Em 1950 o IBGE decidiu, pela primeira vez, incluir a favela na contagem de população (GUIMARÃES, 1953, apud PRETECEILLE e VALLADARES, 2000). Nas publicações para São Paulo, entretanto, apenas em 1980 dados específicos apareceram. Segundo Guimarães, *"a conceituação oficial considerou como favelas os aglomerados que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:*

- Proporções mínimas – *agrupamentos prediais ou residenciais formados com número geralmente superior a cinqüenta;*
- Tipo de habitação – *predominância de casebres ou barracões de aspecto rústico, construídos principalmente com folha de flandres, chapas zincadas ou materiais similares;*
- Condição jurídica da ocupação – *construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;*
- Melhoramentos públicos – *ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;*
- Urbanização – *área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento."*

Entre os critérios utilizados, quatro se referem aos aspectos físicos: tipo de habitação, tamanho do assentamento, melhoramentos públicos e urbanização. Um aspecto – o critério em comum com as definições de outros trabalhos paulistanos – refere-se ao estatuto jurídico: ocupação ilegal da terra. O IBGE, desde então, continua basicamente utilizando a mesma definição para o que denomina aglomerado subnormal, ou seja, a favela.

Assim, a variável mais adequada à definição de favela é o estatuto jurídico da terra. Tanto as definições das pesquisas da Prefeitura Municipal de São Paulo (1973, 1975, 1987 e 1993) como a de 1980 do IPT- FUPAM consideram favela *"todo o conjunto de unidades domiciliares construídas em madeira, zinco, lata, papelão ou alvenaria, em geral distribuídas desorganizadamente em terrenos cuja propriedade individual do lote não é legalizada para aqueles que os ocupam"* (SÃO PAULO, Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, 1988, p. 5). O IBGE também enfatiza os mesmos aspectos, apenas agrega à variável terreno invadido o tamanho do aglomerado. Para o IBGE, desde 1950, e isso foi enfatizado nos censos de 1980, 1991 e 2000, e, na Contagem de População de 1996, favela é um setor especial do aglomerado urbano formada por pelo menos 50 domicílios, em sua maioria carentes de infra-estrutura e localizados em terrenos não-pertencentes aos moradores. Para as pesquisas de 1973, 1975, 1980, 1987 e 1993, definiu-se como favela quando havia, no mínimo, duas

unidades habitacionais com as características acima mencionadas. Ficaram excluídos domicílios isolados e acampamentos.

O critério de computar apenas aglomerados com 50 unidades e mais explica parcialmente a subestimação da população favelada paulistana pelos censos. Em 1987, em São Paulo, 21,93% da população favelada moravam em assentamentos de menos de 51 unidades domiciliares. A pesquisa de 1993 mostra que as favelas pequenas, de 2 a 50 domicílios, agrupavam 21,2% das casas. As grandes favelas, com mais de 1.000 unidades habitacionais, serviam de local para apenas 12,9% dos domicílios favelados. A moda estatística em relação ao tamanho das favelas em São Paulo era representada por assentamentos entre 51 e 400 casas (51,1% das casas faveladas).

O tamanho dos aglomerados depende diretamente da topografia da cidade e do tipo de terreno disponível para invasão. Em São Paulo, as favelas ocupam, geralmente, terras de uso comum de loteamentos, glebas pequenas, quando comparadas com as do Rio de Janeiro, nas quais as favelas galgam os morros, ou Salvador, onde invadem o mar. Dessa forma a subestimação em São Paulo tende a ser maior que no Rio, em que, já em 1969, 62,7% das favelas tinham mais de 100 domicílios, e 6,4% mais de 1.500 (PARISSE, 1969).

Os dados censitários para as favelas têm sido objeto de controvérsia. No censo de 1980, os resultados foram fruto de tabulação especial da variável situação, que categorizava cidade ou vila, área urbana isolada, aglomerado rural e zona rural. A publicação hoje disponível com dados de favela de 1980 é a *Sinopse Preliminar*, com listagem das favelas por nome, número de domicílios e número de pessoas, em cada município. Pelo censo de 1980 não é possível separar domicílios totalmente próprios dos com apenas a construção própria. No item condição de ocupação existe a categoria próprio pago e em aquisição, alugado, cedido (por empregador ou particular) e outro. Em relação aos domicílios rústicos, o censo de 1980, no boletim da amostra, caracteriza paredes, piso e cobertura.

Já o censo de 1991 e a contagem de 1996 apresentam a variável localização (variável 0202), com as categorias casa ou apartamento isolado ou em condomínio, em conjunto popular e em aglomerado subnormal. Outra variável permite também identificar a favela, a variável setor (variável 1061). Em princípio, deveria existir coincidência total entre as duas apurações. Na contagem de 1996 a diferença entre as apurações por estas duas entradas foi mínima: apenas 491 domicílios, e a variável 1061, setor, fornecia 177.141 domicílios em favela e a variável 0202, localização, 176.650 casas em aglomerado subnormal. As diferenças se davam em apenas três distritos – Bom Retiro, Cachoeirinha e Jaçanã.

Para o município do Rio de Janeiro, entretanto, em 1991, entre 236.354 unidades habitacionais em aglomerados subnormais, verificaram-se 16.147 domicílios não-favela (6,83% do total de aglomerados subnormais e 1% do total de unidades domiciliares). (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000). Como variável controle, a referente à condição de ocupação poderia auxiliar, dado que nas unidades faveladas apenas a construção é própria, nunca o terreno. Para a região metropolitana do Rio de Janeiro, entretanto, tanto nos setores favela como nos não-favela surgiu a categoria "só a construção própria". Entre as casas da favela, nas quais se esperava que todas as unidades tivessem propriedade da terra irregular, computou-se 86 mil moradias com terreno próprio. E, entre as unidades não-favela, surgiram quase 150 mil que declararam apenas a construção própria (cerca de 9% do estoque total de moradias) (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000, p. 389).

No município de São Paulo, o número de domicílios com apenas a construção própria alcançava, em 1991, 176.774, 7,27% do total de domicílios do município. Para o mesmo ano, pela mesma fonte, o total de casas em aglomerados subnormais foi de 146.891. Existem, de forma paradoxal, unidades domiciliares (29.883) em que só a construção seria própria – definição de favela – e que não estão em favela. É claro que podem existir unidades em terrenos cedidos e/ou alugados, mas parece improvável a existência de quase 30 mil casas em tais terrenos, sabendo que o aluguel ou cessão de terras é pouco comum para habitação na cidade. No censo de 2000, a diferença entre os domicílios em aglomerados subnormais (utilizado posteriormente para caracterização das favelas municipais) e os domicílios próprios em terrenos não-próprios vai existir: são 225.133 domicílios em aglomerado subnormal e 205.755 domicílios próprios em terrenos

não-próprios, e 91.106 declaram alocar-se em terreno cedido e 114.649 em terreno em outra condição. Tomando-se de forma rígida o conceito de favela – casas em terrenos onde a ocupação não se baseia na propriedade da terra nem em seu aluguel ou cessão, apenas esta última cifra representaria os domicílios favelados. A quantidade de mais de 91 mil casas em terrenos cedidos parece estar superdimensionada.

Esse paradoxo – já que na favela pode-se ter casas próprias, alugadas ou cedidas, mas sempre em terrenos ocupados irregularmente e, de outro lado, seria difícil se ter, na cidade de São Paulo, quase 30 mil unidades habitacionais não-favela em terrenos alugados ou cedidos em 1991 e 91 mil em terrenos cedidos no ano 2000, indica o pouco que conhecemos do fenômeno. Preteceille e Valladares (2000, p. 390) comentam que os dados cariocas *"podem também estar revelando a tendência, já em curso a algum tempo, de regularização da ocupação de tais áreas"*. Isso explicaria, no Rio de Janeiro, a presença de mais de 86 mil famílias proprietárias do terreno em aglomerados subnormais, ou seja, em favela, onde, teoricamente, todas as unidades teriam condição de propriedade do terreno irregular. Seriam moradias em lotes ocupados inicialmente por invasão e posteriormente legalizados. Em São Paulo, no ano 2000, de forma análoga, as 91 mil moradias que se declararam localizar em terrenos cedidos podem incluir unidades em terrenos urbanizados, ou em via de regularização.

Creio que é o momento de rediscutir o conceito de favela: devem ser incluídas na mensuração ocupações urbanizadas, ou seja, com posse de certa forma reconhecida pelo poder público? E as ocupações efetivamente legalizadas deixam de ser favelas? Se a ilegalidade da ocupação anteriormente significava risco de expulsão, hoje isso teria o mesmo significado, dado que a política majoritariamente vigente é a de urbanização e manutenção das pessoas no assentamento, sempre que possível? Os dados empíricos disponíveis mostram que as condições de infra-estrutura física nas favelas aproximam-se das condições da maioria das casas urbanas, com água potável, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica. O tipo de habitação predominante, ao menos nas áreas urbanas menos pobres, como São Paulo e Rio de Janeiro, já não é o casebre de madeira. O arruamento é distinto das áreas formais, mas, muitas vezes, existe numeração e endereçamento. O que significa morar em favela atualmente?

Para os censos demográficos, os chamados setores subnormais – utilizados como substitutos do conceito de favelas – são definidos antes da realização do censo propriamente dito. O setor censitário é uma unidade administrativa do censo, delimitada como a área a ser percorrida por um único recenseador em seu trabalho de campo. Assim, a definição dos setores é em função da área a percorrer e do trabalho a ser realizado.

Os setores são classificados por tipo: normal, especial de aglomerado subnormal, especial de quartéis e bases militares, especial de alojamento, acampamento, especial de embarcações, barcos e navios, especial de aldeia indígena, especial de cadeias e presídios, especial de asilos, orfanatos, conventos, hospitais, etc. Os setores subnormais sofrem essa classificação a partir de informações prévias ao campo, considerando elementos relacionados acima. O procedimento tem, inclusive, objetivo de permitir o pagamento diferenciado por entrevista, em razão das dificuldades inerentes a entrevistas em locais desse tipo.

Como já foi dito, o IBGE considera aglomerado subnormal *"um setor censitário quando nele existem cinqüenta ou mais casas faveladas contíguas"*. (GUIMARÃES, 2000, p. 353). Caso um aglomerado possua 20 casas em um setor e 40 em outro, esses setores não são considerados favela, o que vai subestimar a realidade. De outro lado, existindo 51 moradias faveladas, todo o setor será considerado como aglomerado subnormal, mesmo que nele existam casas não-faveladas.

Assim, o processo de coleta censitário pode levar a distorções da realidade. Percebe-se que tanto o conceito como o processo de coleta de dados incorporam problemas que tornam o resultado censitário sujeito a críticas.

A utilização do chamado setor subnormal como favela pode acarretar problemas de estimação:

- A qualidade da estimativa vai depender do grau de atualização da cartografia utilizada para o planejamento do censo.
- Favelas muito pequenas tendem a não ser consideradas como setores subnormais, pois não têm tamanho suficiente para servir como área para um pesquisador.

Em Belo Horizonte, Guimarães (2000) coordenou um levantamento dos setores censitários favelados, cotejando-os com informações dos mapas da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). A partir da identificação dos setores censitários ocupados por favelas, foi feito um cálculo do porcentual de ocupação da mancha de favela no setor e os dados foram sistematizados e corrigidos. Isso não foi realizado para São Paulo. A catalogação de uma área como favela é feita a partir da existência de um processo de ocupação, por moradores, de uma área pública ou particular. O elemento definidor de favela é a ilegalidade da propriedade.

Quando a área é pública, o processo de identificação se inicia por abertura de processo administrativo interno à prefeitura, a qual notifica a Secretaria de Habitação e o Departamento de Patrimônio. Essas informações são repassadas para a Superintendência de Habitação Popular. Quando a área é privada, a subprefeitura é chamada a realizar a desocupação, respondendo a um processo judicial de reintegração de posse. Essa informação também é enviada para a Habi. Outra forma de identificação de favelas é a de rotina, quando por vistoria em área um fiscal nota a ocupação de terras e notifica a Habi. Ao logo do tempo, essas informações foram sendo consolidadas em um banco de dados sobre favelas, iniciado em 1973.

3. População favelada no brasil

3.1. Favelas e favelados por grande região

As favelas estão presentes em todas as regiões brasileiras. Sua distribuição varia pelo território brasileiro. Em 1991 os aglomerados favelados, segundo o censo demográfico, eram 3.187; pela contagem de população de 1996 subiram para 3.348 e no ano de 2000 atingiram 3.906 assentamentos. A Tabela 1 mostra sua distribuição pelas grandes regiões brasileiras.

Assim como os aglomerados, os domicílios e a população favelada também vêm aumentando desde 1980, a taxas maiores que a população total. Entre 1980 e 1991, os domicílios totais para o país cresceram 3,08% ao ano, enquanto os favelados cresceram 8,18% anuais. No período seguinte – entre 1991 e 2000 – os domicílios totais aumentaram 3,05% anuais, enquanto os favelados tiveram uma taxa de incremento anual de 4,18%. A população favelada em 1980 alcançava 2,25 milhões de pessoas, a de 1991, mais de 5 milhões, e a do ano 2000, em torno de 7,2 milhões.

As únicas informações sobre favelas, em âmbito nacional, são as oriundas dos censos demográficos. Assim, são utilizadas para mensuração do fenômeno para o Brasil, apesar dos problemas conceituais e metodológicos que apresentam. Alguns municípios – como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outros – têm série histórica construída a partir de pesquisas de campo, tanto acadêmicas como financiadas e organizadas pelas próprias prefeituras municipais. Mas utilizam datas e metodologias específicas, sendo seus dados de difícil comparação. Assim, para estimativas do país, a utilização dos censos surge como única opção.

Analisando as Tabelas 2, 3 e 4, percebe-se que as maiores proporções de domicílios favelados encontram-se nas regiões Norte e Sudeste. No Nordeste, a proporção de domicílios favelados diminuiu entre 1991 e 2000, assim como no Centro-Oeste. Na região Sul, a taxa de crescimento da favelização foi ascendente, embora a proporção de favelados seja pequena em relação às do Sudeste e do Norte.

Segundo o censo demográfico de 1980, 126 municípios brasileiros (3,10% do total de

Tabela 1: Brasil. Favelas, segundo grandes regiões, 1991 e 2000
Fonte: Censo demográfico de 1991; Sinopse preliminar do censo de 2000

Região	1991	2000	Diferença
Norte	59	185	126
Nordeste	517	674	157
Sudeste	2.225	2.621	396
Sul	327	392	65
Centro-Oeste	59	34	-25
Brasil	3.187	3.906	719

municípios) apresentavam aglomerados urbanos com pelo menos 50 domicílios em terrenos invadidos. Em 1991, esse número subiu para 209 municípios (4,19% do total dos municípios).

O perfil dos municípios brasileiros, divulgado pelo IBGE em abril de 2001, fornece a espantosa cifra de 1.542 municípios com favelas (28% dos municípios), com 921 mil domicílios em favelas. Esse resultado foi fornecido por levantamento realizado em 1991, destinado a traçar o perfil administrativo do município. Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário preenchido pelas próprias prefeituras. Todos os municípios com mais de 500 mil moradores informaram ter favelas e cortiços, porcentual que cai para 12% nos menores, com até 5 mil habitantes.

Em 2003, é divulgada a nova pesquisa sobre o perfil municipal, com dados de 2001. Por essa pesquisa, o Brasil tinha 16.433 favelas registradas, com 2,3 milhões de domicílios. De acordo com essas informações, em 2 anos o número de domicílios favelados teria crescido 1.379.000 unidades, o que daria cerca de 2 mil registros novos por dia. Pelos dados dos censos demográficos, o incremento de domicílios favelados no país entre 1991 e 2000 foi de 509 mil moradias, fornecendo uma média de 56,5 mil moradias novas por ano, ou 155 por dia. Essas disparidades mostram que faltam dados fidedignos para estimar o fenômeno da favela no país. O resultado da pesquisa do perfil municipal pode estar refletindo um maior empenho em cadastrar melhor as favelas, e não seu crescimento. De outro lado, as informações censitárias são forte candidatas a serem subenumeradas.

Pelo Perfil Municipal de 2001, há 1.269 municípios os quais reconhecem ter favelas, mas apenas 704 têm cadastro parcial ou total do

Tabela 2: Brasil. Domicílios totais e favelados, por grande região, 1980, 1991 e 2000
Fonte: Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000

Região	Domicílios totais			Domicílios favelados		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Norte	1.219.496	2.376.607	3.353.764	12.721	97.760	178.326
Nordeste	8.036.803	10.920.830	13.911.413	69.974	286.130	306.395
Sudeste	13.761.346	18.839.621	24.699.909	357.330	675.846	1.038.608
Sul	4.826.030	6.598.962	8.509.284	30.077	73.325	110.411
Centro-Oeste	1.812.176	2.657.621	3.791.248	10.493	11.257	16.808
Brasil	29.657.831	41.395.632	54.267.618	480.595	1.141.324	1.650.548

Tabela 3: Brasil. Proporção de domicílios favelados por grande região, 1980, 1991 e 2000
Fonte: Tabela 2

Região	1980	1991	2000
Norte	1,04%	4,11%	5,32%
Nordeste	0,87%	2,62%	2,20%
Sudeste	2,60%	3,59%	4,20%
Sul	0,62%	1,11%	1,30%
Centro-Oeste	0,58%	0,42%	0,44%
Brasil	1,62%	2,76%	3,04%

Tabela 4: Brasil. Taxas geométricas de crescimento dos domicílios totais e favelados, por grande região
Fonte: Tabela 2

Região	Domicílios totais		Domicílios favelados	
	1980 - 1991	1991 - 2000	1980 - 1991	1991 - 2000
Norte	6,25%	3,90%	20,37%	6,91%
Nordeste	2,83%	2,73%	13,66%	0,76%
Sudeste	2,90%	3,06%	5,96%	4,89%
Sul	2,89%	2,87%	8,44%	4,65%
Centro-Oeste	3,54%	4,03%	0,64%	4,55%
Brasil	3,08%	3,05%	8,18%	4,18%

fenômeno. Em 1999, 1.519 municípios disseram ter favelas. Além disso, em 1991, 28% dos prefeitos declararam algum programa para lidar com esse tipo de moradia precária, enquanto em 2001 só 23% apresentaram programa público para minorar os efeitos dessa alternativa habitacional. O Perfil Municipal de 2001 revela que 23,1% dos municípios brasileiros apresentam favela, com proporção entre 20 e 25% no Norte, Nordeste e Sudeste, 30% no Sul e 10% no Centro-Oeste.

O maior número de assentamentos favelados encontra-se no estado de São Paulo (1.269 em 1991 e 1.548 no ano 2000), seguido pelos estados do Rio de Janeiro (705 em 1991 e 811 no ano 2000) e Minas Gerais (248 em 1991 e 256 no ano 2000). Vale a pena lembrar que o maior número de assentamentos não implica diretamente no maior número de domicílios e população favelada.

A favela no Brasil é um fenômeno, predominantemente, metropolitano: em 1980, 79,16% das moradias faveladas estavam nas nove regiões metropolitanas federais. Em 1991, 2.391 favelas (74%) e 817 mil domicílios (78%) estavam nestas regiões metropolitanas.

3.2. População favelada na região metropolitana de São Paulo

A região metropolitana de São Paulo apresenta a maior concentração de favelas do Brasil. Apenas as cidades de São Paulo, Guarulhos, Osasco e Diadema possuíam, no ano de 2000, 938 favelas – cerca de ¼ das favelas do país, segundo o censo demográfico. Entre os 15 municípios com maior número de favelas em 2000, cinco estão no estado de São Paulo: estes quatro da Grande São Paulo e mais Campinas, com 117 núcleos favelados. Pela ordem, os municípios com maior número de favelas são: São Paulo (612), Rio de Janeiro (513), Fortaleza (157), Guarulhos (136), Curitiba (122), Campinas (117), Belo Horizonte (101), Osasco (101), Salvador (99), Belém (93), Diadema (89), Volta Redonda (87), Teresina (85), Porto Alegre (76) e Recife (73). Deve ser novamente lembrado que esse dado é apenas indicativo, já que o número de favelas não é diretamente proporcional à população favelada nem registra seu crescimento. Nota-se também que, entre esses 15 municípios, apenas Teresina, Volta Redonda e Campinas não pertencem às áreas metropolitanas federais.

Como pode ser observado pelas Tabelas 5 e 6, a proporção de domicílios favelados na região metropolitana aumentou entre 1991 e 2000, tanto na capital como nos municípios periféricos. A taxa de crescimento das casas faveladas nos periféricos foi quase o dobro da capital, mostrando que a favelização está se espalhando pela região metropolitana. Não apenas a população da periferia da metrópole cresce mais que a capital, como também as favelas dos municípios periféricos crescem mais que as favelas da capital. Mesmo em número absoluto o incremento de domicílios favelados dos municípios periféricos foi maior que o da capital: 94.248, representando um aumento de mais de 100%, enquanto na capital o aumento foi de 78.242 domicílios, pouco mais de 53%.

Tabela 5: Região metropolitana de São Paulo. Domicílios totais e favelados, 1991 e 2000
Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000

Unidade geográfica	Domicílios totais		Domicílios favelados	
	1991	2000	1991	2000
Município de São Paulo	2.630.138	3.039.104	146.891	225.133
Outros municípios	1.580.306	2.040.084	93.972	188.220
Total da RMSP	4.210.444	5.079.188	240.863	413.353

Tabela 6: Região metropolitana de São Paulo. Taxas de crescimento domiciliares totais e favelados, 1991-2000 e proporção de domicílios favelados
Fonte: Tabela 5

Unidade geográfica	Proporção de favelados		Taxas anuais 1991 – 2000	
	1991	2000	Total	Favelados
Município de São Paulo	5,58%	7,41%	1,62%	4,86%
Outros municípios	5,95%	9,23%	2,88%	8,02%
Região Metropolitana	5,72%	8,14%	2,11%	6,18%

Esse fato pode estar representando uma tendência de expansão periférica da pobreza, aqui representada pela expansão territorial da moradia precária. À precariedade habitacional vai somar-se o aumento das distâncias aos postos de trabalho, dificultando ainda mais a vida das camadas populares metropolitanas.

4. Favelas no município de são paulo

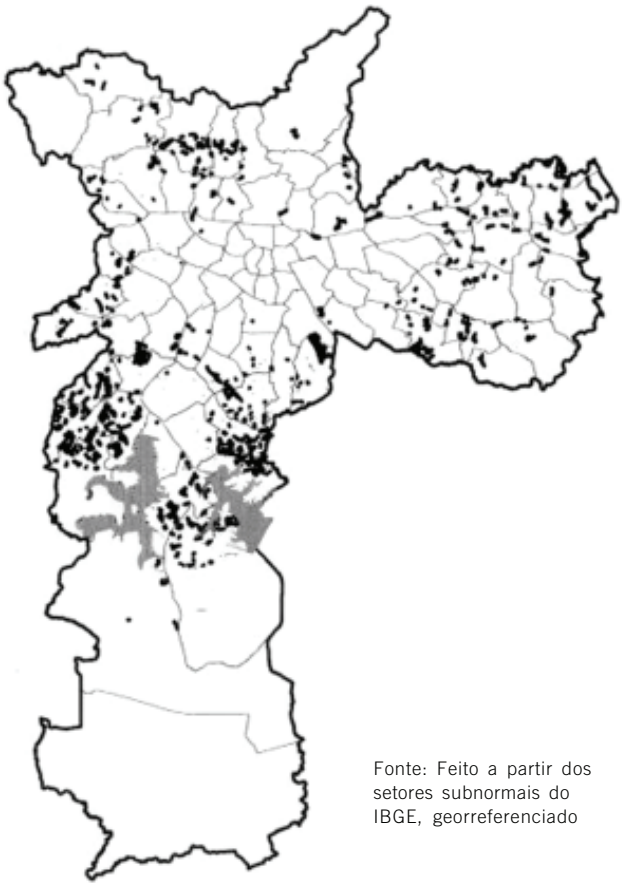
4.1. Estimativas diversas

O número de favelas, domicílios e população favelada no município de São Paulo varia enormemente com a fonte de dados utilizada. Segundo o censo de 2000, o número de favelas no município era 629, com 931 mil pessoas. Pelo censo de 1991, havia 629 favelas; pela contagem de 1996, 574.

A Tabela 7 mostra alguns resultados e estimativas da população favelada no município, segundo diversas fontes.

O número de favelas em São Paulo é peripatético: segundo o censo de 2000 (dados preliminares), no município temos 612 favelas, com 930 mil pessoas. Segundo o censo de 1991, esse número é de 629, e pela contagem de 1996, é de 574. Há de lembrar-se que o censo computa apenas aglomerados de mais de

Favelas do município de São Paulo



Fonte: Feito a partir dos setores subnormais do IBGE, georreferenciado

Tabela 7: Município de São Paulo – Estimativas de favelas para o município de São Paulo, diversos anos e fontes

Ano	1973 (1)	1975 (1)	1987 (2)	1993 (3)	1991 (4)	2000 (4)
Favelas	542	919	1.749	-	-	-
Domicílios	14.650	23.926	142.674	378.683	196.389	286.954
População	71.840	117.237	779.0 00	1.901.892	891.673	1.160.590
% pop. municipal	1,06%	1,60%	7,53%	19,80%	9,24%	11,12%

Fonte: (1) Cadastro de Favelas, PMSP, 1973 e 1975
(2) Censo de Favelas de 1987, PMSP
(3) Estimativa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe
(4) Estimativas do Centro de Estudos da Metrópole – CEM

Ano	1980 (5)	1991 (5)	1996 (6)	2000 (5)
Favelas	188	629	574	612
Domicílios	71.258	146.891	176.905	225.133
População	335.334	711.050	749.318	932.628
% pop. municipal	4,07%	7,46%	7,60%	8,92%

Fonte: (5) Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000
(6) Contagem da População de 1996

50 unidades e mistura os chamados setores subnormais com os normais. O Perfil Municipal de 2001 fornece a informação de 387.863 domicílios em favelas (aliás, a informação da pesquisa Fipe-Sehab, posteriormente refutada pela própria Sehab, que tem adotado a estimativa do CEM).

Pelas pesquisas de Cadastro de Favelas da PMSP, o número de favelas em 1973 era de 542, subindo para 1.239 em 1980. Nessa data, o censo informava 188 favelas no município.

Em relação aos números de aglomerados de 1973 e 1975, tenho todos os elementos para afirmar que devem estar bastante corretos. Em 1973, as informações fornecidas pelas regionais, e depois checadas pelas minhas pesquisadoras e pelos dados de rendas imobiliárias, para verificar a real propriedade do terreno, fazem-me afirmar que o número de aglomerados dificilmente está superestimado, já que foi alvo de dupla checagem, por métodos distintos. Em 1975, a recontagem foi feita com helicóptero, o que pode trazer alguns enganos, tanto que não publicamos o número de assentamentos.

Em 1980, iniciava-se a eletrificação de favelas. Assim, esse número de aglomerados resultou do Cadastro de Eletrificação Social da Eletropaulo, muito bem verificado, e segundo seus técnicos, com quebra de cerca de 5%, que eu já computei no cálculo. A pesquisa de campo para características da população e dos domicílios foi feita pelo IPT, com amostra de 327 domicílios.

Em 1993, a Prefeitura Municipal de São Paulo contratou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe da USP, para a atualização do número de favelas e favelados no município. Essa estimativa forneceu a cifra de 1.901.884 pessoas, muito mais elevada do que se imaginava, e muito maior que os dados de favelas de 1991 e mesmo de 1996 do IBGE.

Essa estimativa se baseou no Cadastro de Favelas de 1987, não computando, favelas novas. Os estudiosos do assunto surpreenderam-se com o porcentual de quase 20% da população paulistana morando em favelas. Em uma primeira impressão, acreditou-se em um superdimensionamento do fenômeno. Um dos fatores de superestimação foi expurgado: como a pesquisa Fipe foi realizada por meio de recontagem de assentamentos sorteados pela base 1987, em amostragem estratificada por tamanho do assentamento e administração regional, poder-se-ia, em princípio, em favelas próximas, contar casas de uma favela como sendo aumento de outra, e, portanto, superestimar o incremento. Isso foi verificado e expurgado.

Outra possível fonte de erro poderia estar no uso da base de 1987. E outra ainda poderia estar na forma de cálculo da amostra. A amostragem da pesquisa Fipe foi realizada em duas fases: a primeira, definindo uma amostra de 163 favelas, a partir das informações do Censo de Favelas de 1987, estratificada por regional, entre a listagem de 1.544 aglomerados de 1987. Dessas favelas, 896, ou seja, 58%, tinham até 50 domicílios, o que exigiu ampliação da amostra nesse extrato. É interessante notar a quantidade de favelas pequenas, menores que o limite censitário de mensuração do fenômeno. A amostra foi a seguinte:

Estrato	Amostra	%
1 e 49 unidades	58	35,58%
50 e 399 unidades	54	33,13%
400 e 999 unidades	33	20,25%
1.000 e mais	18	11,04%
Total	163	100,00%

A unidade amostral do segundo estágio foi o domicílio, no qual, para cada estrato, foi feita a seguinte amostra:

Mais de 1.000 → 50 domicílios
400 a 999 → 30 domicílios
200 a 399 → 20 domicílios
50 a 199 → 10 domicílios
menos de 50 → 5 domicílios

A amostra foi calculada a partir da estimativa de número médio de barracos por favela, e resultou em 3.704 famílias entrevistadas, um número bastante alto, com sistema de amostragem muito bem controlado. Foi feito controle do erro-padrão da amostra, só sendo um pouco grande nas regionais de S. Miguel, Pirituba, Freguesia do Ó.

A taxa geométrica de crescimento dos domicílios favelados entre 1987 e 1993 foi enorme, de 16,64% anuais, para uma razão

global de crescimento de 2,52, ou seja, o número de unidades faveladas tinha mais que dobrado. Os resultados da pesquisa amostral, a não ser esse número alto, que também estranhamos na época, são muito coerentes.

Retroprojetando essa estimativa para 1991, data do censo, obtém-se uma população favelada de 1.434.112 pessoas. A população favelada para o IBGE, em 1991, foi de 711.050 pessoas, em 146.891 domicílios. Supondo que 21,93% da população favelada em assentamentos pequenos não tenham sido computadas (porcentual da população favelada moradora em assentamentos de menos de 51 unidades domiciliares em 1987), a população favelada de São Paulo seria de 866.961 pessoas em 1991. A diferença entre a estimativa Fipe e a do IBGE chega a mais de 500 mil favelados, quase 40% em relação à estimativa Fipe. Esse diferencial foi de 7% anteriormente.

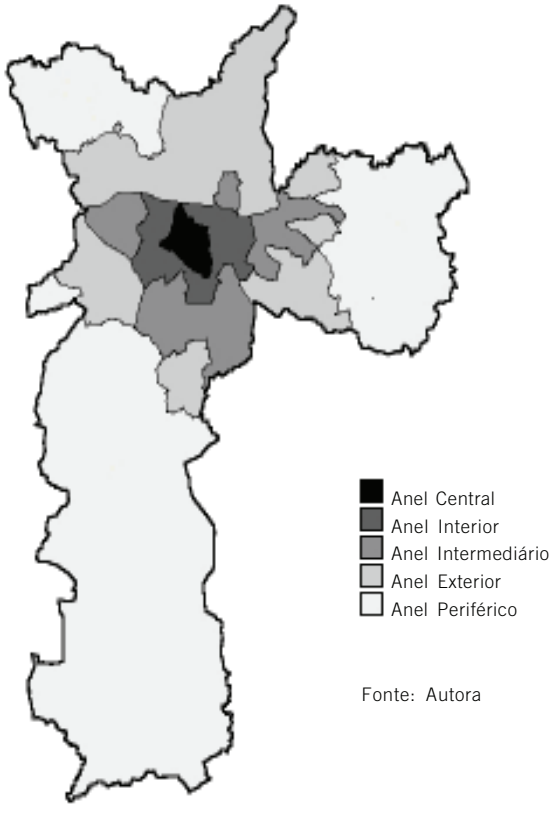
Um trabalho recente do Centro de Estudo da Metrópole – CEM, apresentado no X Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, março de 2003, procurou rever as estimativas de população favelada em São Paulo. Segundo os autores, *"ao comparar as informações de 1987 e 1993 aos dados dos Censos Demográficos (IBGE), desenvolvemos uma nova metodologia de baixo custo, potencialmente aplicável em outros contextos urbanos. O modelo se baseia em sistema de informações geográficas, permitindo estimar a população ao comparar os desenhos das favelas (da prefeitura) com os setores censitários (IBGE). Com essa metodologia pretendemos tirar proveito simultaneamente das melhores características dos dados administrativos municipais (e sua definição de favela) e do trabalho de campo do IBGE nos censos demográficos"* (p. 1-2).

Esse trabalho utiliza a cartografia de favelas produzida e atualizada periodicamente pela Habi/Sehab em São Paulo e os mapas digitais dos setores censitários de 1996. As estimativas de população foram, então, produzidas por meio do uso de sistemas de informações geográficas (SIG), no qual o desenho da favela (da prefeitura) foi comparado ao desenho dos setores censitários (do IBGE), pelo recurso de *overlay,* ou sobreposição de cartografias.

Observou-se que o desenho de favelas da prefeitura e o desenho dos setores subnormais apresentavam diferenças significativas. Embora existissem favelas totalmente sobrepostas a setores subnormais, haviam também favelas sobrepostas a setores normais e setores subnormais não registrados como favelas na prefeitura. Resolveu-se utilizar, para geração de estimativa da população favelada, a utilização das densidades dos setores com alta sobreposição cartográfica entre favela e setor subnormal.

Os autores trabalharam com quatro hipóteses para a densidade das favelas, e acabaram optando por considerar a densidade das favelas como intermediária entre a do grupo em que existe 100% de sobreposição entre os setores censitários subnormais e as favelas da PMSP, o que gerou uma densidade de 367 habitantes por hectare, e a do grupo em que existe entre 80 a 90% de

Município de São Paulo. Divisão em anéis, 1991



Fonte: Autora

sobreposição, o que resultava em 487 habitantes por hectare.

Tentaram atualizar a base cartográfica de favelas da Prefeitura do Município de São Paulo, com fotos aéreas de 2000 (cerca de 8.400 fotos) e um grande número de vistorias de campo (mais de 800 vistorias), em um esforço conjunto do CEM e da Habi. A atualização da base indicou um intenso processo de crescimento dos perímetros de favela em certas partes da cidade, mas indicou também importantes desfavelamentos em outras partes. O número total de favelas passou de 2000 (pelo IBGE, São Paulo teria em 2000, 612 aglomerados). Como resultado, chegam a uma estimativa de 196.389 domicílios e 891.673 pessoas nas favelas de São Paulo, em 1991, e 286.954 unidades habitacionais e 1.160.590 pessoas nas favelas paulistanas no ano de 2000.

Qualquer que seja a estatística utilizada percebe-se que a população das favelas de São Paulo tem crescido a taxas superiores às da população do município. Mesmo pelos dados dos censos demográficos sua proporção se elevou na última década. A estimativa dos censos mostra uma taxa de crescimento populacional de 2,91% no período 1991 – 2000; as estimativas do CEM fornecem taxa de 2,97%. As duas são bem superiores à taxa de crescimento da população municipal no período, de 0,9% ao ano.

Os técnicos do CEM atribuem esse crescimento à elevação da área total de favelas, que teria crescido 24% na década, e ao aumento da densidade média das favelas, que teria subido de 360 para 380 habitantes por hectare (6% de aumento) (MARQUES, TORRES e SARAIVA, 2003, p. 25). Assim, podemos concluir:

• A população favelada no município de São Paulo tem aumentado bem mais que a população municipal.

• A área das favelas cresceu muito na década de 90.

• Além do crescimento da área ocupada pelas favelas, há fortes evidências do aumento de sua densidade média. As favelas estão mais densas, seus espaços vagos foram sendo ocupados e a moradia favelada vem se verticalizando.

• A dificuldade de acesso à terra comercializada, associada à pauperização dos moradores, tem apontado a favela como alternativa ainda possível de moradia na cidade; liga-se a isso a falta de provisão de unidades habitacionais para população de renda baixa e a relativa melhora das condições de moradia nas favelas paulistanas, que fazem com que o morar em favela seja menos penoso que décadas atrás.

• A política de urbanização e manutenção das favelas no tecido urbano – embora legítima – tem atuado como incentivo à invasão.

4.2. Espacialização das favelas paulistanas

A taxa de crescimento da população favelada entre 1980 e 1991 foi de 7,07% anuais, bem maior que a taxa de crescimento da população municipal no mesmo período, de 1,16% anuais. Entre 1991 e 1996, a população favelada paulistana continuou a crescer mais que a população como um todo: 1,00% ao ano, enquanto a total aumentou apenas uma taxa de 0,40% anuais. E, entre 1996 e 2000, as taxas faveladas se mantêm maiores que as municipais: 5,07% para a população favelada e 1,49% para a população municipal.

Assim, na última década do segundo milênio, a taxa de crescimento anual da população favelada foi bem maior que a da população como um todo: 2,82%, quando a municipal entre 1991 e 2000 foi de 0,93%, ou seja, mais de três vezes maior. Como o número de pessoas por domicílio diminuiu também nas favelas, a taxa de crescimento dos domicílios favelados foi ainda maior que a da população favelada, atingindo 3,96% anuais entre 1991 e 2000, e 5,06% para os domicílios favelados do anel periférico.

Tal como para o município, as favelas crescem mais acentuadamente na periferia urbana. Uma espacialização preliminar, por meio da utilização dos anéis (PASTERNAK TASCHNER e BOGUS, 2001), mostra que o crescimento populacional, tanto do total como das favelas dá-se, preferencialmente, no chamado anel periférico.

A proporção de população favelada na população total vem aumentando desde 1991, de 7,39% para 8,73% no ano de 2000. Chama a atenção a inversão de tendência nos anéis interior e intermediário: nestes dois anéis, entre 1991 e 1996, a proporção de favelados tinha decrescido, para tornar a subir no fim da década. Nos anéis exterior e periférico o porcentual se manteve crescente. É provável que os dados de 1996 tenham algum problema.

Tabela 8: Município de São Paulo – População total e favelada, por anel, 1991 a 2000
Fonte: censos demográficos de 1991 e 2000; Contagem de População de 1996

Anel	População favelada			População total		
	1991	1996	2000	1991	1996	2000
Central	211	0	0	384.048	334.173	318.599
Interior	6.156	2.920	4.557	686.610	609.305	583.956
Intermediário	74.053	63.219	94.610	1.403.723	1.319.467	1.315.926
Exterior	230.416	217.361	220.365	3.265.900	3.194.496	3.304.779
Periférico	398.223	463.822	611.096	3.860.378	4.378.382	4.910.992
Total	711.050	749.318	932.628	9.600.659	9.835.823	10.434.252

Tabela 9: Município de São Paulo – Taxas de crescimento anuais para a população total e a população favelada, 1991, 1996 e 2000, por anel, em %
Fonte: FIBGE, censos demográficos de 1991 e 2000, Contagem Populacional de 1996

Anel	População total			População favelada		
	1991 -1996	1996 -2000	1991 -2000	1991 -1996	1996 -2000	1991 -2000
Central	-2,79	-1,19	-2,05	0,00	0,00	0,00
Interior	-2,43	-1,06	-1,78	-12,24	11,77	-3,29
Intermediário	-1,44	-0,07	-0,72	- 3,11	10,60	2,76
Exterior	-0,51	0,85	0,13	-1,32	5,12	1,58
Periférico	2,48	2,91	2,71	3,06	5,11	3,98
Total	0,40	1,49	0,93	1,00	5,07	2,82

Tabela 10: Município de São Paulo: Proporção de população favelada, por anel, 1991, 1996 e 2000
Fonte: FIBGE, censos demográficos de 1991 e 2000, Contagem populacional de 1996

Anel	Proporção 1991	Proporção 1996	Proporção 2000
Central	0,05	0,00	0,00
Interior	0,90	0,48	0,78
Intermediário	5,28	4,79	7,19
Exterior	7,06	6,80	8,03
Periférico	10,32	10,59	11,53
Total	7,39	7,60	8,73

Densidade em favela
Crédito: Autora

Transformação de madeira para alvenaria. Favela Uirapuru, outubro de 1993
Crédito: Autora

Existem distritos paulistanos nos quais metade da população é favelada, como Vila Andrade, na zona sul – em 1991, tinha 42,73% de sua população morando em favela, porcentagem aumentada para 45,69% em 1996 e para 52,11% no ano de 2000.

Tanto em 1991 como em 1996 e no ano de 2000, Vila Andrade, na zona sul, Jaguaré, na zona oeste e Pedreira, também na zona sul, eram os distritos os quais apresentavam o maior porcentual da população residente em favelas (no ano de 2000, Pedreira tinha 33,48% de residentes favelados e Jaguaré, 29,18%). Vila Andrade se mantém na década como o distrito com maior proporção de população favelada. Entre 1996 e 2000, o distrito de Jaguaré "perde" sua segunda colocação entre os distritos com maior proporção de favelados para Pedreira, até 1996 o terceiro colocado.

Muitos distritos da zona sul do tecido urbano paulistano têm cerca de 20% de sua população morando em favelas: Cidade Dutra (20,04% em 1991, 21,22% em 1996 e 21,80% em 2000); Capão Redondo (20,78% em 1991, 18,65% em 1996 e 20,99% em 2000); Jardim São Luis (19,62% em 1991, 21,01% em 1996 e 19,90% em 2000); Grajaú (18,95% em 1991, 19,50% em 1996 e 17,85% em 2000); Jardim Ângela (18,24% em 1991, 15,75% em 1996 e 19,40% em 2000). Vila Sônia no ano de 2000 apresentava 19,62% da população favelada, mostrando um aumento significativo, já que em 1991 este porcentual foi de 12,71% e em 1996, de 14,93%.

Na zona norte, Brasilândia, com 13,07% no ano de 2000 e Cachoeirinha, com 17,63%, são os de maior porcentual favelado.

Na zona oeste, Jaguaré se mantém com alta porcentagem de população favelada: 29,18% em 2000, quando em 1996 era 26,73% e em 1991, 33,89%. Rio Pequeno não alcançava 20% (18,15% em 1991 e 19,67% em 1996), passa a 20,52% de favelados.

Na zona leste, Sapopemba, com 12,32% em 2000, lidera o *ranking*.

O que se percebe é que tanto a localização como o crescimento da população favelada dá-se, fundamentalmente, em zonas de preservação ambiental, tanto em zona de mananciais como na região montanhosa ao norte de São Paulo.

Concluindo, pode-se notar:

- Tanto a população municipal como a favelada cresce na periferia; o incremento de domicílios favelados entre 1991 e 2000 foi de 78.237 unidades, sendo desses, 58.868 domicílios, a representarem 72,24%, estavam no anel periférico.
- A população favelada cresce ainda mais na periferia que a total do município: a taxa de crescimento da população favelada no anel periférico é de 3,98% ao ano entre 1991 e 2000, enquanto a da população total alcança 2,71% aa, ou seja, a taxa favelada é quase 1,5 vezes maior que a total.
- Há quase 10 distritos, entre os 96 componentes do município, com mais de 20% de população favelada. No ano de 2000, eles eram: Vila Andrade, Pedreira, Jaguaré, Sacomã, Cidade Dutra, Vila Jacuí, Capão Redondo, Rio Pequeno e Jardim São Luis.
- Nota-se a concentração de população favelada nos distritos ao sul do município.

5. Mitos sobre favelas e favelados

Valladadres (2000) e Pasternak Taschner (2001) comentam alguns "mitos" que têm permeado a reflexão intelectual sobre a favela e os favelados.

5.1. "Mitos" sobre o espaço favelado

O primeiro "mito" ligar-se-ia à especificidade do espaço favelado. Sua apropriação do espaço urbano distingue-se das outras formas de apropriação, já que acontece por invasão, gradual ou repentina, pacífica ou violenta, organizada ou individual. Suas ruas teriam traçado específico, irregular e dimensões menores. A arquitetura e as técnicas construtivas usadas na favela também seriam dotadas de certa especificidade, desde a montagem do projeto – que não obedece a códigos de obras e normas de uso do solo até o uso de material de construção e técnicas construtivas distintas.

Em relação à morfologia, a casa favelada do ano de 2000 é predominantemente de alvenaria, muitas vezes sobrado, servida por energia elétrica (mais de 99%), água potável (próximo de 98%) e coleta de lixo (mais 80% das unidades). É claro que persiste o barraco de madeira, mas já não de forma predominante, como o que acontecia até 1987 (quando cerca da metade das unidades de moradia eram de madeira). Mas o barraco já não domina a paisagem favelada, agora

cinzenta com o bloco de concreto nos pisos inferiores e vermelha do tijolo baiano nos pisos superiores. Em relação à infra-estrutura, o ponto crítico da moradia favelada está no destino dado aos dejetos domésticos: apenas 51% das casas estavam ligadas à rede pública de esgotos, em 2000. Para a cidade como um todo, este porcentual era de 84% em 1991 e 87% no ano de 2000 (PASTERNAK, 2001).

Em relação às condições de ocupação, observa-se contínua melhoria dos indicadores no tempo: se em 1973 predominavam as casas com cômodo único, no ano de 2000 apenas pouco mais de 1% dos domicílios são assim; 84% possuem mais de dois cômodos. Os indicadores de congestionamento mostram-se cada vez melhores, com o número de pessoas por cômodo diminuindo quase três vezes desde 1973 até 2000, o porcentual de domicílios congestionados, com mais de duas pessoas por dormitório, diminuindo de 35% em 1991 para 19% no ano de 2000.

Embora o valor de uso tenha predominado na apropriação da terra invadida, tanto lote como casas são também mercadoria. Há estruturas "formais" de comercialização de unidades habitacionais, sobretudo nas favelas maiores. Trabalho de Baltrusis (2000), analisando as favelas de Nova Conquista (em Diadema) e Paraisópolis (uma das maiores favelas do município de São Paulo, com cerca de 40 mil pessoas), notou que nesta última existiam 110 ofertas para a venda de imóveis, o que representa 1,2% dos domicílios da favela. *"Na década de 90 surge a primeira imobiliária na favela, a imobiliária de*

Tabela 11: Favelas do município de São Paulo: Evolução da infra-estrutura, em porcentuais Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000; Cadastro de Favelas, 1973; Pasternak Taschner, 1982; Veras e Pasternak Taschner, 1990; Fipe/Sehab

Indicador	1973	1980	1987	1991	1993	2000
Água encanada	-	33,0	92,4	89,6	-	98,1
Água rede pública	-	22,6	-	85,2	64,2 ind 13,8 col 78,1 total	98,1
Rede pública de esgoto	0,7	0,6	19,3	26,0	12,1	51,0
Energia elétrica	-	65,4	98,0	99,6	90,0	99,8
Coleta de lixo regular	15,1	42,8	72,3	63,8	88,4	80,2

Tabela 12: Favelas do município de São Paulo: Evolução das condições materiais dos domicílios Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000; Cadastro de Favelas, 1973; Pasternak Taschner, 1982; Veras e Pasternak Taschner, 1990; Fipe/Sehab

Indicador	1973	1980	1987	1991	1993	2000
Paredes externas alvenaria	1,3	2,4	50,5	66,4	74,2	-
Paredes internas improvisadas	52,2	24,5	14,8	-	33,7	-
Piso terra batida	46,3	17,7	7,43	6,5	4,5	-
Cobertura madeira/improvisada	26,3	21,7	1,90	-	2,4	-
Sem banheiro ou banheiro coletivo	65,8	44,3	13,6		-	2,3
Sem sanitário individual	35,8	25,08	-	12,6	7,5	0,3

Tabela 13: Favelas do município de São Paulo: Evolução das condições de ocupação dos domicílios Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000; Cadastro de Favelas, 1973; Pasternak Taschner, 1982; Veras e Pasternak Taschner, 1990; Fipe/Sehab

Indicador	1973	1980	1987	1991	1993	2000
Pessoas por domicílio	4,90	5,46	5,42	4,84	5,02	4,02
Pessoas por cômodo	3,12	3,06	-	1,43	1,75	1,16
Cômodos por domicílio				3,84		3,91
% cômodo único	52,2	30,9	24,4	5,1	13,6	1,10
% até 1 pessoas por cômodo	12,5	11,0	24,4	41,10	-	59,8
% mais de 2 cômodos	12,9	28,4	36,8	75,1	51,8	83,7

D. Helena. Atualmente encontramos na favela 3 imobiliárias, que são responsáveis por boa parte das transações imobiliárias que lá ocorrem" (BALTRUSIS, 2000, p. 46). Em relação ao preço, percebe-se certa homogeneidade nos valores das unidades nas diversas favelas, com o preço modal da casa de quatro cômodos entre 12 e 15 mil reais, com preço de venda próximo a 250,00 reais por metro quadrado útil. Dados da Embraesp apontam como o preço médio da área útil de um domicílio, em bairros populares da capital, em torno de 967,00 reais (oito salários mínimos em 1998). Assim, o preço da favela representava 25% dos lançamentos em bairros populares.

Mesmo a terra é muitas vezes vendida: lotes são "reservados" nas invasões e, posteriormente, comercializados. A raridade da mercadoria e a demanda crescente introduziram um preço em que antes nada havia: em 1987, 4% dos entrevistados declararam ter desembolsado dinheiro pelo lote; em 1993, 14% o fizeram, sugerindo que o fenômeno da compra da terra favelada é crescente.

O mercado de terra e de casas na favela, embora específico, possui agentes que se assemelham àqueles do mercado formal. Baltrusis afirma "*que o mercado imobiliário informal, nas favelas, funciona como uma extensão do mercado formal, um sub-mercado com características próprias. O depoimento de D. Helena expressa bem essa imagem: para ela,a sua imobiliária funciona como uma imobiliária normal, com corretores, estrutura de divulgação, administração de imóveis, além da compra, venda e locação de diversos tipos de imóveis"* (2003, p. 226).

A aparência de eterno canteiro de obras, tal como a periferia pobre da cidade, mantém-se nas favelas. Ruas estreitas e desordenadas lembram uma cidade medieval, tortuosa e confusa, dotada de desenho que não obedeça aos imperativos do automóvel.

A Tabela 14 compara os indicadores domiciliares das casas nas favelas da capital, no anel periférico e no município como um todo, demonstra que no ano de 2000 a situação em relação à infra-estrutura difere pouco nos distintos segmentos espaciais: assim a proporção de domicílios com água encanada é maior nas favelas do que nas moradias do anel periférico; em relação à energia elétrica, seu uso é universal. Esse resultado espelha o esforço da última década para integração dos assentamentos favelados nos serviços urbanos.

Entretanto, a melhoria não foi acompanhada por uma equivalente na infra-estrutura sanitária. Embora o porcentual de domicílios ligados à rede pública de esgotos tenha crescido menos de 1% em 1973 para 26% em 1991 e para 51,00% no ano de 2000, este porcentual dista da proporção municipal de 87,84%, sendo também menor que a proporção de domicílios ligados à rede pública de esgoto do anel periférico, de 79%.

O primeiro "dogma", da especificidade do espaço e da casa favelada, é parcialmente verdadeiro.

Tabela 14: Município de São Paulo: Comparativo indicadores domiciliares favela, anel periférico e município total, município de São Paulo, 2000
Fonte: Censos demográficos de 1991 e 2000

Indicador	Favelas do MSP	Anel periférico	Município de São Paulo
Pessoas por domicílio	4,02	3,75	3,50
Pessoas por cômodo	1,16	0,94	0,77
Pessoas por dormitório	2,91	2,41	2,13
Cômodos por domicílio	3,91	4,33	5,54
% de domicílios > 1,5 pessoas/ cômodo	19,06%	9,37%	6,58%
% de domicílios > 2,0 pessoas/dormitório	57,49%	40,08%	30,48%
% de domicílios sem sanitário	0,30%		1,26%
Média de banheiros por domicílio	1,07	1,24	1,45
% de domicílios com energia elétrica	99,82%	99,82%	99,84%
% de domicílios com água encanada	98,08%	97,30%	98,62%
% de domicílios com ligação de esgoto	51,00%	79,22%	87,84%
% de domicílios com coleta de lixo regular	80,19%	98,63%	99,19%

5.2. “Mitos” sobre a população favelada

O segundo “mito” corresponderia à idéia que a favela é o lugar da pobreza, território urbano por excelência dos pobres, tradução espacial da exclusão social, parcela equivalente à “cidade abandonada” de Marcuse (1996). A população favelada seria específica. No imaginário popular, bastante preconceituoso, o favelado seria negro, nordestino, desocupado e marginal.

Os dados indicam que a população favelada tem menor proporção de brancos que a população do município como um todo: para a população paulistana, o porcentual de negros e pardos atingia 29% em 1991; nas favelas, no mesmo ano, ele era de 53%. Embora os favelados sejam, majoritariamente, migrantes nordestinos (70% dos favelados migrantes vieram do Nordeste), eles não são migrantes recentes. Assim, o percurso dos favelados distancia-se daquele pensado pelo imaginário popular, que era um percurso direto da zona rural nordestina para a favela paulistana. Não raro, o favelado experimentou situação habitacional distinta da favela em São Paulo, geralmente casa alugada. A impossibilidade do pagamento do aluguel ou de permanência em casa de parente condicionam a ida para a favela.

A proporção de empregados com emprego formal e carteira assinada é semelhante nas favelas e na população da capital como um todo. Isso desmistifica a idéia do favelado como desocupado. O favelado é, antes de tudo, um trabalhador pobre: em 1980, os chefes eram prioritariamente operários industriais; já em 1993, predominam, na favela e fora dela, os empregos terciários. A renda média da população favelada acima de 10 anos de idade foi de dois salários mínimos, enquanto para a população total ela era de 4,5 salários mínimos em 1991. Assim, percebe-se que o segmento populacional morador em favela é mais pobre do que a média do município. De outro lado, a renda média dos residentes no anel periférico foi de 3,34 salários mínimos. A comparação entre os três grupos populacionais demonstra a maior pobreza entre os favelados. De outro lado, a renda média na favela tem aumentado nas últimas décadas (PASTERNAK, 2001).

Atualmente, a favela não abriga apenas os miseráveis, mas muitas famílias que antes usufruíam outro tipo de domicílio, sobretudo a casa alugada. A

Casa do Sr. Estevan, Paraisópolis
Crédito: Nelson Baltrusis

pauperização, assim como o *downgrading process* de setores da baixa classe média trouxeram novos grupos sociais para a favela. A longo termo, isso pode mudar o perfil tradicional do residente favelado: o que parecia ser a simples expressão da segregação socioespacial torna-se uma realidade complexa e intrincada.

A comparação da posse de bens de consumo entre favelados e não-favelados no município de São Paulo é surpreendente. A moradia favelada foi invadida por bens industrializados. Além dos básicos fogão, rádio e geladeira, a presença maciça da televisão em cores marca tanto a casa como a paisagem da favela: o aparelho domina a sala e as antenas fornecem um visual característico do assentamento. Há, proporcionalmente, mais televisões nas favelas de São Paulo que no Brasil como um todo, assim como videocassetes. Aparelhos de som, máquinas de lavar, microondas e mesmo microcomputadores podem ser encontrados com relativa freqüência. A Tabela 15 mostra que mesmo o automóvel não é raro nas favelas paulistanas.

Os favelados não são um enclave separado. Incorporam-se ao mundo econômico. São consumidores de produtos industriais – novos e usados – e consumidores de serviços. Para construção de seu domicílio, compram cimento, tijolos, conduítes, madeira e outros materiais. Suas casas são decoradas com móveis comprados prontos, talvez o de linhas mais populares, mas vendidos pelo comércio varejista da cidade. Trata-se de uma população com poder aquisitivo reduzido, mas completamente integrada na vida urbana.

5.3. "Mitos" sobre a homogeneidade da favela

O terceiro "mito" faria da favela um espaço homogêneo, tanto para uma análise sociológica como para atuação política. Claro que existem fortes diferenças na estrutura física: favelas precárias ou consolidadas, de ocupação recente ou antiga, em terrenos planos ou acidentados, no centro ou na periferia. Mas raramente tem se estudado a heterogeneidade e a diversidade social dentro e entre favelas.

Preteceille e Valladares (2000) refutam esses "mitos" para as favelas do Rio de Janeiro. Observam, para este local, que a maioria da população pobre da metrópole reside fora das favelas. Em São Paulo, percebeu-se também uma tipologia distinta entre os setores favelados metropolitanos: existiam favelas predominantemente proletárias, com predominância de operariado secundário; favelas ditas populares, com predominância de empregados domésticos e empregados em serviços não-especializados; favelas agrícolas, com predominância de pessoas com ocupação agrícola, e mesmo favelas superiores, com forte presença de empregados de escritório e mesmo alguma presença de camadas superiores.

As favelas não são um mundo social à parte, como escrevia Olavo Bilac[1]. A proximidade espacial com distintos segmentos urbanos vai fazer com que espaços favelados apresentem diversos perfis socioeconômicos. Como coloca Valladares (2000, p. 15), "*as favelas são, em média, zonas pobres, mas elas não o são uniformemente, e não são as únicas na aglomeração do Rio de Janeiro que apresentam tais características sociais. Elas não reúnem nem a*

Tabela 15: Comparativo sobre bens de consumo individual, Brasil, Sudeste, estado de São Paulo, município de São Paulo e favelas do município de São Paulo, 2000. Domicílios que possuem o bem, em porcentagem
Fonte: Censo demográfico de 2000

Equipamento	Brasil	Sudeste	ESP	MSP	Favelas do MSP
Linha telefônica	39,74	48,90	57,52	67,22	28,50
Forno de microondas	19,36	28,54	37,75	51,56	25,65
Geladeira ou freezer	83,19	92,85	96,35	97,44	93,84
Máquina de lavar roupa	33,09	43,48	50,12	64,51	33,38
Aparelho de ar-condicionado	7,45	8,33	3,93	2,13	-
Rádio	87,45	91,92	92,88	-	91,43
TV	87,00	94,03	95,16	97,39	94,56
Videocassete	35,30	47,91	52,10	61,92	36,56
Computador	10,62	14,58	17,49	25,22	3,43
Automóvel	32,66	40,28	48,23	49,12	17,92

maioria dos pobres, nem os espaços mais desprovidos e, enfim, não reúnem apenas os pobres. Lá se encontram categorias sociais modestas, mas não miseráveis, e mesmo categorias médias, o que revela uma estrutura social diversificada e, sem dúvida, processos de mobilidade social não negligenciáveis".

Para São Paulo, esses "mitos" correspondem parcialmente à realidade empírica. Há especificidades tanto no espaço como na população favelada. Mas há também muitas comunalidades. Enfim, as favelas se integram ao espaço urbano e têm diversidades dentro e entre si. Seus habitantes são trabalhadores que produzem e consomem, como outros que moram em distintos segmentos da tecido urbano.

Nota

(1) Olavo Bilac escreveu, em 1890, uma crônica com o título *Fora da vida*, na qual, comenta o fato de ter conhecido uma lavadeira no Morro da Conceição, que descia ao centro da cidade há 34 anos, colocou: *" E tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá há 33 anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século passado, em o fundo da China..."*

Bibliografia

ABREU, Mauricio. Reconstruindo uma história esquecida: Origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

BALTRUSIS, Nelson. *A dinâmica no mercado mobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: Um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova Conquista*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2000.

BENEVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto.* São Paulo: Perspectiva, 1984. (Coleção Debates).

GORDILHO, Ângela. *Novas formas de habitar, velhas estruturas.* Trabalho apresentado ao XVI Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Minas Gerais, Caxambu, 20 a 23 de outubro de 1992.

GUIMARÃES, Berenice. *Favelas em Belo Horizonte: Tendências e desafios.* Trabalho apresentado ao XVI Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais, Caxambu, 20 a 23 de outubro de 1992.

___. As vilas favelas em Belo Horizonte: O desafio dos números. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar (Org.). O *futuro das metrópoles: Desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000. p. 351-374.

JACCOUD, L. Lutas sociais e democracia: 1960/1964. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 145-168.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARCUSE, Peter. Space and race in the Post Fordist city: The outcast guetto and advanced homelessness in the United States today. In: MINGIONE, Enzo (Ed.). *Urban Poverty and the Underclass.* Oxford: Blackwell Publishers, 1996. p. 176-216.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo da Gama; SARAIVA, Camila. Favelas no município de São Paulo – Estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* v. 5, n. 1, p. 15-30, 2003.

PASTERNAK TASCHNER, Suzana; BOGUS, Lucia Maria Machado. A cidade dos anéis: São Paulo. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César (Org.). *O futuro das metrópoles: Desigualdade e governabilidade.* Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 247-284.

PASTERNAK TASCHNER, Suzana. Desenhando os espaços da pobreza. *Cadernos LAP*. São Paulo: FAUUSP, n. 39, 2004.

___. *Moradia da pobreza; habitação sem saúde.* 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

___. A cidade que virou favela. *Espaço e Debates.* v. 4, n. 12, p. 37-65, 1984.

___. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo: FAUUSP, n. 18, 1997.

PRADILLA, Emilio; JIMNEZES, Carlos. *Arquitetura, urbanismo y dependência neo-colonial*. Buenos Aires: SIAP, 1973.

PRETECEILLE, Edmond; VALLLADARES, Licia. Favelas, favela: Unidade ou diversidade da favela carioca. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luiz César (Org.). *O futuro das metrópoles: Desigualdade e governabilidade.* Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2000. p. 375-403.

RODRIGUEZ, Alfredo. *Por uma ciudad democrática*. Santiago: Ediciones Sur, 1984.

SÃO PAULO (Cidade). *Projeto de cadastro de favelas*. São Paulo: PMSP, Sebes, 1973. mimeo

___. *Censo de favelas*. São Paulo: PMSP, Sehab, 1987. mimeo.

TOPALOV, Cristian. *De la planification à l'écologie. Naissance d'um noveau paradigme de l'action sur la ville et l'habitat. Palestra proferida na 5ª Conferência Internacional de Investigação sobre a habitação*. Montreal: FGV, 1992. p. 213-246.

VALLADARES, Licia do Prado. *Les favelas dans la mondialization, les favelas em tant que marche. Colloque Mondialisation economique et gouvernment dês societés – L'* Amerique Latine, um laboratoire. Greid, IRD et els universités de Paris 1 (IEDS) e Paris 13, junho 2000.

___. *A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

VERAS, Maura; PASTERNAK TASCHNER, Suzana. Evolução e mudança das favelas paulistanas. *Espaço e Debates*, n. 31, p. 52-71, 1990.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.